
“VOLUNTÁRIOS INVOLUNTÁRIOS”: O RECRUTAMENTO PARA A GUERRA DO PARAGUAI NAS IMAGENS DA IMPRENSA ILUSTRADA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX

Marcelo Balaban*

Resumo: Partindo da grande e inédita cobertura que a imprensa brasileira dedicou à Guerra do Paraguai, o artigo analisa caricaturas sobre o recrutamento forçado em São Paulo e na Corte. O texto busca explicar o grande interesse que os confrontos no Sul despertaram em diferentes sujeitos. Trabalha com a hipótese de que as razões e os significados que a atenção dedicada ao evento pelos habitantes do Brasil oitocentista eram bem menos óbvias, e mais variadas, do que se pode supor com um olhar apressado. Nesse sentido, aquele evento e o modo como figurou nas páginas da imprensa, em especial nos jornais de caricatura, constituem interessantes meios de aprofundar a compreensão do recrutamento forçado no Brasil da época e seus nexos com temas como nacionalismo, raça, identidades de trabalhadores – escravos, libertos e livres – e cidadania no Brasil imperial.

Palavras-chaves: Recrutamento; caricatura; Guerra do Paraguai.

Abstract: This article analyzes caricatures about involuntary military recruitment in São Paulo and at the Court using the vast and yet unexplored Brazilian press coverage of the Paraguay War. The article seeks to explain the great interest that the military conflicts in the South aroused in different people. It discusses the hypothesis that the interest in this event encompasses far less obvious and much more diverse reasons and meanings than a quick look would be able to capture. In this sense, the involuntary recruitment and the way in which it was depicted by the press – especially in newspapers dedicated to caricature – provide an interesting way to deepen our understanding of involuntary military recruitment in that period as well as its relations to issues such as nationalism, race, the identity of workers (slaves, freed and free workers), and citizenship in Imperial Brazil.

Keywords: Military recruitment; caricature; Paraguay War.

A “PÁTRIA ESTÁ ACIMA DE NÓS”

Em carta confidencial enviada ao Barão de Inhaumas no dia 15 de abril de 1868, o Ministro da Marinha, Afonso Celso, pedia providências contra uma preocupante e repetida ocorrência: a publicação, na imprensa, de “ordens do dia e outras peças oficiais no mesmo tempo em que elas chegam ao conhecimento do governo”.¹ No ano anterior, em outra correspondência oficial destinada ao mesmo Barão, Afonso Celso havia tratado da precariedade do serviço de correspondência entre a Corte e o teatro da guerra, “que se faz com muita irregularidade”, além de ser por demasiado lenta. Tanto assim era, exemplificou

* Doutor em História Social da Cultura pela UNICAMP. Pós-doutorando CECULT/UNICAMP. Contato: marcelo_balaban@uol.com.br

¹ Correspondência reservada do Ministro da Marinha Afonso Celso ao Barão de Inhauma. 15/abr/1868. BN – Manuscritos.

o contrariado Ministro, que as “partes oficiais dos Srs. Mitre e Caxias são nos entregue muitos dias depois de terem sido publicadas pelos nossos jornais que as traduzem das do Rio da Prata.”² A julgar pela correspondência de Afonso Celso, o problema foi um tormento constante para as autoridades imperiais nos anos da guerra contra o Paraguai.

Além da precariedade das comunicações, reveladora da maneira como a estrutura do Estado dificultava a luta travada no Sul, o testemunho do Ministro da Marinha nos ensina algo sobre o que pode ser descrito como um fenômeno perturbador: a grande cobertura da imprensa sobre os confrontos naquela região. Esta, além de sugerir a maior eficiência da imprensa brasileira na coleta e divulgação de informações, indica ter havido grande interesse dos leitores por notícias frescas vindas do teatro da guerra. A interpretação ganha densidade com a leitura dos diários e semanários que circulavam na Corte (e também nas províncias) nos anos do conflito. Diariamente era publicado grande número de informações, com detalhes do andamento dos conflitos. Crônicas inspiradas em acontecimentos da guerra, descrições minuciosas de batalhas, notícias das decisões do governo, correspondências oficiais, além de análises sobre os impactos internos da guerra preencheram as páginas das principais folhas. Também eram disponibilizados pela imprensa desenhos de cenas de batalhas e detalhes de embarcações. Toda sorte de imagens circulava em grande quantidade. Destaque especial para uma das maiores novidades técnicas do tempo: as fotografias, que eram fartamente produzidas e comercializadas³, ajudando a compor um acervo visual rico e variado. Tudo isso fez da cobertura da guerra do Paraguai, em vários sentidos, um evento inédito no Brasil da época.

O que pode parecer evidente nos dias de hoje, torna-se menos óbvio quando examinado em seu contexto original. Se, por um lado, parece natural o interesse do público e da imprensa por um acontecimento de grandes proporções como foi a guerra do Paraguai, o significado desse interesse não é fácil de ser compreendido. Afinal, acerbados sentimentos cívicos eram parte de uma polêmica que ganhou corpo e contornos insuspeitos durante os confrontos contra o ditador paraguaio. Arrebatados arroubos nacionalistas não se coadunavam com a atitude e o posicionamento de muitos sujeitos, trabalhadores brancos,

² Correspondência reservada do Ministro da Marinha Afonso Celso ao Barão de Inhauma. 14/nov/1867. BN – Manuscritos.

³ Sobre a fotografia da Guerra do Paraguai ver Andre Toral. *Imagens em desordem – a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001 e o belo livro de Ricardo Sales. *Guerra do Paraguai – memórias e imagens*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003.

pretos, negros, mulatos e pardos de variadas condições, escravos, libertos e livres, que habitavam o Brasil oitocentista. Tão dessemelhantes quanto variados eram os motivos que despertavam o interesse daquelas pessoas nos acontecimentos da guerra. De certo, temos que a correspondência de Afonso Celso, lida em conjunto com a grande cobertura da imprensa dos menores detalhes da guerra, nos ajuda a entender um pouco do clima em que o país estava envolto, bem como alguns de seus dilemas. No decorrer de cinco longos anos, aspectos variados dos conflitos contra Solano Lopes monopolizaram as atenções de modo contínuo e crescente. Cabe, então, indagar: qual a razão ou as razões, da centralidade deste tema para os brasileiros? O que exatamente interessava aos leitores dos diários e semanários brasileiros? Este texto busca enfrentar estas perguntas para tentar explicar por que a grande cobertura da imprensa se constituía no que estou denominando de um fenômeno perturbador. Para tanto, dirijo o olhar para uma parte importante, que nem sempre mereceu o tratamento devido, desse fenômeno de imprensa: as imagens da guerra publicadas semanalmente nos jornais de caricatura da província de São Paulo e da cidade do Rio de Janeiro, sede da Corte imperial. Em muitas das imagens, o foco estava nos acontecimentos e conseqüências internas da guerra, o que fornece pistas preciosas para investigar a questão aqui proposta.

* * *

Para introduzir o argumento deste artigo, nada melhor do que recorrer a um dos mais atentos observadores daquele mundo e suas transformações. Por meio de um diálogo entre Valéria e Luis Garcia, no início de *Iaiá Garcia*⁴, Machado de Assis tematiza a guerra e o modo como foi vivenciada:

- Que razão dá ele?
- Diz que não quer separar-se de mim.
- A razão é boa.
- Sim, porque também a mim custaria a separação. Mas não se trata do que eu ou ele podemos sentir: trata-se de cousa mais grave, - da pátria, que está acima de nós.⁵

⁴ O romance apareceu em 1878, entre janeiro e março, no folheto de *O Cruzeiro*, ganhando a forma de livro pela primeira vez em abril daquele ano.

⁵ Machado de Assis. *Iaiá Garcia*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1988, p. 24.

A conversa foi iniciada, não por acaso, com comentários sobre as incertezas da guerra.⁶ Nela, Valéria pede a Luis Garcia ajuda para convencer Jorge, seu filho, a ir lutar na guerra. Contrariando a vontade da mãe, Jorge argumenta que não quer se afastar dela. Diante dos revezes sofridos pelas forças aliadas, Valéria lança mão do argumento patriótico. Para um leitor da época, bem como para Luís Garcia, aquele arroubo soava estranho. A frase final da citação é caricata, revelando a ironia do narrador. Valéria busca esconder suas verdadeiras razões de Luis Garcia, que, por sua vez, procura desvendar os motivos da senhora para mandar seu filho defender a honra nacional maculada. O que realmente motivou a mãe de Jorge foi um caso de amor. Seu filho enamorara-se de uma moça de nível social inferior. Após reiteradas e infrutíferas tentativas para dar fim ao indesejado namoro, Valéria recorreu a Luís Garcia, em razão da influência que exercia sobre Jorge, e ao argumento da causa nacional, para convencê-lo a fazer sua vontade. Com tal estratégia conseguiu separar o casal. A guerra, no modo de pensar de senhoras como Valéria, era um destino melhor do que um casamento ruim, com alguém de nível social inferior. Vencida a guerra e conseguindo voltar com vida, ainda teria abertas as portas de uma promissora carreira política. Apesar de arriscado, o plano resolveria muitos problemas de uma só vez. A guerra contra o Paraguai parecia ser uma forma perfeita de realizar as demandas privadas de Valéria. O sentido do episódio, e da ironia iniciada no diálogo, é revelado pelo próprio Machado assim que a viúva consegue realizar seu desejo: “Foi assim que de um incidente, comparativamente mínimo, resultara aquele desfecho grave, e de um caso doméstico saía uma ação patriótica.”⁷

Poderíamos buscar muitas interpretações para o episódio machadiano. O que importa para os propósitos deste texto é perceber que a guerra poderia, e muitas vezes serviu, a demandas privadas. Afinal, aquela “ação patriótica” nascera de “um caso doméstico”, invertendo-se desta feita o significado da frase lançada por Valéria de modo tão eloqüente. A ironia revela uma forte oposição entre interesses nacionais e privados, um dos elementos centrais dos debates coevos a respeito da guerra. Boa parte dos documentos oficiais, bem como textos publicados na imprensa sobre a guerra contra o Paraguai

⁶ Os aliados acabavam de sofrer seu maior revés na batalha de Curupaiti, em 22 de setembro de 1866, aumentando assim a necessidade de praças e tornando ainda mais incerto o destino e o tempo de duração da guerra. Sobre esta batalha e vários outros aspectos da guerra do Paraguai, ver Francisco Doratioto. *Maldita Guerra – Nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das letras, 2002.

⁷ Machado de Assis, op. cit., p. 45.

operavam com esta oposição. O episódio machadiano, então, abre um amplo leque de possibilidades históricas e permite problematizar o grande interesse da imprensa, e de seus leitores, na guerra. Desta feita, é legítimo imaginarmos que a guerra serviu a todo tipo de demanda privada, que “atos patrióticos” escondiam vontades ou demandas particulares. Guiados por esta pista, descobrimos que a guerra significou coisas distintas, variando de acordo com a posição social, a cor da pele, as necessidades e possibilidades de cada um. Os confrontos no Sul afetaram a vida dos habitantes do Brasil oitocentista de formas variadas. Expuseram fragilidades de uma organização social fortemente hierarquizada, que tinha a escravidão como principal instituição. Os grandes e pequenos poderes foram diretamente afetados e os elementos definidores das relações sociais, e da cidadania, foram postos sistematicamente à prova no decorrer dos cinco anos de duração da guerra.

Um dos elementos centrais dessa organização era o recrutamento forçado. Instituído pela Instrução de 10 de julho de 1822, emendado e ajustado várias vezes até 1874⁸, o recrutamento atingia inicialmente os homens brancos e pardos⁹ solteiros, entre 18 e 35 anos de idade que não gozassem nenhuma isenção legal.¹⁰ As regras que definiam as isenções, válidas para a formação dos “Corpos da 1ª. linha”, diziam basicamente respeito àqueles que bem servissem à pátria, quer por meio de uma profissão honesta, quer sendo útil a sua família. Com variações no decorrer do século XIX, estariam isentos aqueles empregados em “honestas, e legais indústrias”, “fontes da prosperidade pública”.¹¹ Para entender esse critério, alguns exemplos podem ajudar. A instrução de 1822 determinava, por exemplo, que os homens casados, os filhos únicos de lavrador, o irmão de órfão

⁸ A lei nº. 2556, de 26 de setembro de 1874, definiu novas regras para o recrutamento. O texto previa que, além dos voluntários, o recrutamento para o exército e armada fosse feito por sorteio entre as pessoas alistadas anualmente, isentando aqueles que tivessem “defeito físico”, que fossem graduados ou estudantes, eclesiásticos, quem amparasse e alimentasse irmã solteira, honesta ou viúva, filho único de viúva, viúvo que tiver filho que alimente e eduque, quem pagasse “contribuição pecuniária” definida pela lei, entre outras isenções. O fracasso da lei é um consenso entre os estudiosos. A esse respeito ver Hendrik Kraay. “Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial”, tradução autorizada de Hendrik Kraay. “Reconsidering Recruitment in Imperial Brazil”, *The Americas*, V. 55, n.1: 1-33, jul, 1998. A tradução pode ser encontrada em:

http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03_atg3.htm

⁹ A instrução número 67, de 10 de julho de 1822 se refere apenas a homens brancos e pardos livres. A inclusão de negros é posterior. Dentre outros significados, a exclusão de negros da lista de recrutáveis significa que em 1822 a correspondência entre negros e escravidão ainda era forte. Que a cor era elemento importante na definição de cidadania. Silvia Hunold Lara discutiu os significados dos termos para designar os não brancos em fins do século XVIII em “A multidão de pretos e mulatos”, *Fragmentos Setecentista – escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 2007. A esse respeito ver também Ivana Stolze Lima. *Cores, Marcas e Falas – sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

¹⁰ Sobre recrutamento forçado e as mudanças na legislação ver Hendrik Kraay. op. cit.

¹¹ Instrução número 67, de 10 de julho de 1822.

responsável pela subsistência deste, o filho único de viúva, tropeiros, boiadeiros, carpinteiros, pescadores, estudantes com atestado dos professores certificando sua aplicação, dentre outras pessoas consideradas úteis para o país¹² estavam livres de servir. Em suma, a família, o comércio, o trabalho e as assim denominadas atividades do espírito eram protegidas. Essas regras definiam um critério de diferenciação social e são reveladores de como o recrutamento era um instrumento de controle social forte, argumento desenvolvido por muitos autores.¹³

Do outro lado, estavam sujeitos ao recrutamento aqueles que não serviam à pátria, ou não integrassem um dos “corpos” sociais acima descritos. Em um mundo organizado pela lógica de dominação senhorial, qualquer um que não estivesse ligado a ninguém por laços de dependência, devia ser vigiado. Esta era parte fundamental da lógica de dominação daquele mundo. Assim, aqueles que viviam nessa condição eram obrigados a mudar seu comportamento, o que significava se tornar pessoa útil, ou seja, que servisse a alguém. O parágrafo 2º do artigo 12 do *Código do Processo Criminal* pode nos auxiliar a elucidar essa lógica. Definia parte das atribuições dos Juízes de Paz, e também dos Inspetores de Quarteirão, ambos isentos do recrutamento, responsáveis por:

Assinar termo de bem viver aos vadios, mendigos, bêbados por hábito, prostitutas, que perturbam o sossego público; os turbulentos, que por palavras ou ações ofendem os bons costumes, a tranqüilidade pública, e a paz das famílias.¹⁴

Caso não cumprissem o “termo de bem viver”, sofreriam as sanções estabelecidas pelo Juiz de Paz¹⁵ e podiam acabar na prisão.¹⁶ Há muita margem para manipulação nessa

¹² Conferir Instrução número 67, de 10 de julho de 1822.

¹³ Sobre o recrutamento forçado no Brasil imperial ver Hendri Kraay. op.cit, Fábio Faria Mendes. (1997). *O tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Tese de Doutorado em Ciência Política, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro(IUPERJ) e Peter Beattie. *The Tribute of blood – army, race and nation in Brazil, 1864-1945*. Durham e Londres: Duke University Press, 2001.

¹⁴ Houve, em 1841, uma importante reforma no Código do processo criminal de primeira instância do Império do Brasil. As principais mudanças diziam respeito à centralização de poder, que fora bastante diminuída ao longo da década de 1830. Na reforma os poderes de Juízes de Paz, cargo eletivo, foram bastante reduzidos. Grande parte de suas atribuições passaram para os chefes de polícia, delegados e subdelegados, que eram indicações do chefe de polícia que, por sua vez, era escolhido pelo presidente da província, este escolhido pelo Imperador. O artigo 12 manteve-se como era antes da reforma.

¹⁵ O Título III, Capítulo II, do *Código de processo criminal de primeira instância para o Império do Brasil*, edição de 1842, trata “Dos termos de bem viver, e de segurança”. O artigo 121 dizia que “O Juiz a quem constar que existe no respectivo Distrito algum indivíduo em circunstância dos que se acham indicados nos parágrafos 2º e 3º do artigo 12, o mandará vir a sua presença, com testemunha, que souberem do fato: se a parte requerer prazo para defesa, conceder-se-lhe-a um improrrogável: e provado mandará o mesmo assinar termo de bem

definição de “bem viver”. A boa conduta, os elementos que integravam cada “termo”, bem como a noção de “sossego público”, eram passíveis de interpretações subjetivas. Por serem indefinidas, repletas de espaços nebulosos, abriam caminho para formas diversas de estabelecer relações de dependência. Contra essas pessoas, outras formas de controle e vigilância foram criadas. Lido em conjunto com as regras do recrutamento, o parágrafo 2º do artigo 12 do *Código do Processo Criminal* ajuda a compor um quadro dos princípios e procedimentos norteadores do controle social naquele mundo. E, mais do que isso, delineava sentidos da cidadania no Brasil do século XIX.¹⁷

Os critérios do recrutamento diziam respeito à hierarquia social: quanto mais importante o indivíduo, melhor a situação social, menor a chance de ser recrutado. Tais regras definiam hierarquias e diferenças sociais. O equilíbrio social estava em grande medida centralizado no recrutamento. Afinal, tanto mais recrutável era o homem quanto mais subalterna fosse sua posição social. A lógica clientelista se ordenava também a partir desse elemento. Sendo o recrutamento seguramente um dos grandes medos de homens livres pobres no Brasil monárquico, se constituía também em um poderoso elemento definidor de dependência, a força motriz daquela sociedade. Ser útil, estar ligado a uma pessoa capaz de atestar sua “utilidade” era forma de garantir isenção do serviço militar. Ao mesmo tempo,

viver, em o qual se fará menção na presença do réu, das provas apresentadas pró ou contra; do modo de bem viver prescrito pelo Juiz, e da pena cominada, quando o não observe.”

¹⁶ De um total de 8446 de prisões, há 402 casos relacionados à quebra do termo de bem viver. Esses números foram tirados de livros que registram a passagem de prisioneiros na casa de detenção do Rio de Janeiro nas décadas de 1860 e 1870. Estes não são números exatos, uma vez que não totalizam as prisões ocorridas no período. Da mesma forma, não ajudam a entender o caso da província de São Paulo. No entanto, indicam um conjunto de comportamentos associados ao “termo de bem viver”. Dentre as informações do formulário do livro da Casa de Detenção do Rio de Janeiro está o motivo da prisão e muitos vêm descritos somente como “quebra do termo” ou “quebra do termo de bem viver”, “infração do termo de bem viver”. Há casos interessantes descritos como “quebra do termo de bem viver e andar armado” ou “quebra do termo de bem viver e ser vagabundo”, “quebra do termo, vagabundo, turbulento e capoeira”, bem como outras razões como ser ébrio, sem residência. Esse tipo de associação indica que o termo em si tinha sentidos bastante específicos, relacionados ao acordo lavrado pelo Juiz de Paz. Essas informações foram retiradas do banco de dados Casa de Detenção do Rio de Janeiro, organizado pelo Cecult, coordenado pelo professor Sidney Chalhoub e alimentado por Anita de Souza Lazarim.

¹⁷ O debate sobre cidadania no Brasil oitocentista vem crescendo nos últimos anos. Além de incidirem sobre temas como formação da identidade nacional e as instituições do Estado que se formava, também tem servido ao estudo dos modos de dominação e resistência naquela sociedade. Ver sobre o tema em Hebe M. Matos. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000; José Murilo de Carvalho. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; Wlamyra R. de Albuquerque. *O jogo da dissimulação*. São Paulo: Cia das Letras, 2009; Gladys Sabrina Ribeiro (org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2008; José Murilho de Carvalho. *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes* (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; Keila Grinberg. *O fiador dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

era fonte de poderes, grandes e pequenos. Um homem pobre e solteiro poderia livrar-se do recrutamento servindo a alguém. Este, por seu turno, estava subordinado a alguém de mais posses ou prestígio, delineando assim uma organização equilibrada por pequenos e grandes poderes, por subordinações que definiam o funcionamento do clientelismo também por meio da garantia da tão almejada isenção.

O recrutamento permite ainda pensar o jogo político do Brasil oitocentista. Em um trecho de seu discurso sobre um projeto de lei que tratava da unificação dos pesos e medidas no país, que passaria a adotar o sistema métrico¹⁸, o deputado Gomes de Souza lembrou-se do recrutamento:

A câmara sabe o que é o recrutamento; sabe o arbítrio que ele concede ao governo; e entretanto isso é coisa nenhuma a par dos abusos que se cometem. Todos os dias vemos recrutadas pessoas que se acham em todos os casos de isenção que a lei exige: ainda mais, autoridades constituídas, escrivão, etc, fazem viagens de cem léguas às capitais das províncias, para que então se lhes diga que eles podem ser soltos por não estarem no caso de ser recrutados!¹⁹

O recrutamento foi lembrado pelo nobre deputado quando se discutia o art. 3º do projeto.²⁰ Sustenta que toda sorte de abusos seriam cometidos por autoridades locais – inspetores de quarteirão, subdelegados e delegados – que faziam valer seus poderes também por meio do recrutamento. Em suma, o recrutamento, mais do que um modo de conseguir praças para defender o país de ameaças internas ou externas, é tratado como um instrumento de poder. Mesmo que “autoridades constituídas”, portadoras, portanto, de óbvias isenções, fossem soltas na capital, eram “todos os dias” submetidas a uma longa viagem, o que atestaria um limite do Estado imperial, impotente diante dos “abusos” dos poderes locais. Nesse sentido, defendia a idéia de que qualquer “novo crime”, que em sua avaliação seria definido no artigo do projeto em pauta, deveria ser avaliado com cautela, dado ser potencialmente uma forma de garantir mais um instrumento de poder ao “governo”, bem entendido, as autoridades provinciais. Interessante perceber que se discutia uma lei que visava adotar um critério nacional de pesos e medidas, a unificação de um

¹⁸ Aprovada em 28 de junho de 1862, a lei 1157 somente foi regulamentada pelo decreto 5089, de 18 de setembro de 1872.

¹⁹ Anais do Parlamento Brasileiro, sessão de 16 de maio de 1862, Rio de Janeiro: tipografia imperial e constitucional de J. Villeneuve & C., p. 26.

²⁰ O artigo terceiro dizia que “o governo, nos regulamentos que expedir para a execução desta lei, poderá impor aos infratores a pena de prisão até um mês e multa até cem mil réis”. Na avaliação do parlamentar, este artigo definiria “um novo crime”.

padrão. E o problema levantado era justamente a dificuldade de fazer valer medidas de âmbito nacional, tendo em vista os interesses locais.

O argumento de Gomes de Souza interessa a este artigo por indicar que leis e crimes se constituíam, no século XIX brasileiro, também em um instrumento de poder. Mas o era em sentido bem particular, definindo delicado jogo político organizado por uma queda de braço entre poderes locais e poder central. Enquanto um fazia uso da prerrogativa do recrutamento ao arrepio da lei, o outro soltava os prisioneiros ilegais, mas era incapaz de impedir a ilegalidade em si. Trata-se de uma lógica política bastante particular, organizada por uma queda de braço que nem sempre é evidente. Os tais “abusos” cometidos a título de recrutamento atestam um equilíbrio político delicado, definido no interior de um mundo no qual as relações pessoais davam o tom do jogo político, muitas vezes se confundindo com os interesses nacionais. Os tais “abusos”, em certo sentido, movimentavam a engrenagens que garantiam o poder pessoal de cada autoridade. Em suma, os abusos podem ser entendidos como um elemento do jogo político ordinário e constituem importante chave de leitura do significado de caricaturas que tematizaram o recrutamento forçado nos anos da guerra do Paraguai.

O delicado equilíbrio daquele mundo, como não é difícil imaginar, entrou em colapso em tempos de guerra, o que fornece pista preciosa a respeito da cobertura inédita da imprensa à guerra contra o Paraguai e o grande interesse da população em acompanhar em detalhes os acontecimentos no Sul. A vida dos habitantes do Brasil foi diretamente afetada. Grandes e pequenos interesses foram postos em questão enquanto o Estado precisava ganhar a guerra e, para isso, necessitava de praças. Os mecanismos políticos e sociais moveram-se rapidamente naqueles anos vividos intensamente. Em meio a esse processo, foram produzidas e publicadas uma profusão de imagens, muitas caricaturas, que serão analisadas aqui.

RECRUTAMENTO E AÇÃO DO ESTADO

Não são poucos os autores que apontam que a guerra do Paraguai foi um divisor de águas na história brasileira. O argumento é simples, mas aponta para o cerne de uma organização social permeada de tensões e conflitos latentes, expostos e acirrados durante os anos de um conflito que se alongou por muito mais tempo do que as nações envolvidas

pretendiam. Os limites do Estado brasileiro, bem como muitas de suas contradições, emergiram ao longo daqueles anos, tornando aquele período crucial para a consolidação do Estado brasileiro, de um lado, e para o início da derrocada da monarquia e do regime escravista, de outro.²¹ O argumento parece algo paradoxal, mas aponta justamente para as complexas relações políticas e sociais de um mundo organizado por uma hierarquia sustentada pela lógica do favor pessoal, das relações clientelistas, ou paternalistas, conforme a preferência do leitor. Estas geraram toda sorte de contradição no momento em que o governo - buscando insuflar a população com um discurso patriota visava conseguir tropas para vencer a guerra - viu seu empenho frustrado por uma população pouco motivada para defender o pundonor nacional (um exército pouco estruturado, pouco aparelhado e pouco capaz de grandes mobilizações), e pela desconfiança dos grandes proprietários diante das alardeadas necessidades nacionais. Os interesses do Estado imperial, em muitos casos, se opunham às vontades privadas: de um lado, era preciso vencer a guerra; de outro, era importante consolidar a nação, manter a paz interna e, sobretudo, manter a escravidão - o grande limite da ação daquele Estado no contexto de uma guerra tão longa e dispendiosa.²² O Estado, junto com um discurso eivado de fervor patriótico, lançou então, mão de táticas próprias daquela sociedade: a lógica do favor, no intuito de reunir o maior número possível de contingentes para lutar no Sul. A idéia era fazer da causa nacional também parte do interesse, e da causa, privada.

Os muitos desenhos sobre a guerra publicados na imprensa ilustrada, especialmente os focados no recrutamento forçado, são reveladores desse processo. Não foram poucas as imagens que tematizaram a questão. A sua recorrência, inclusive, chama a atenção, já apontando para a centralidade do tema naquela sociedade, em especial no contexto da guerra. Mas a leitura destas estampas não é simples, tampouco evidente. As caricaturas produzidas no Brasil oitocentista tinham sentido específico e devem ser analisadas a partir dos seus elementos internos e externos. É preciso saber quem as produziu, como foram

²¹ A historiografia da Guerra do Paraguai no Brasil é extensa. Algumas referências fundamentais que nortearam as análises deste artigo são Ricardo Salles. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; Wilma Peres Costa. *A Espada de Dâmocles – o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1996 e Francisco Doratioto. *Maldita Guerra – nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. Outras referências sobre aspectos variados da Guerra do Paraguai estão mencionadas e citadas ao longo do texto.

²² Argumento desenvolvido por Hendrik Kraay, “Escravidão, cidadania e serviço militar na mobilização para a guerra do Paraguai”, *Estudos Afro-Asiáticos*, nº. 33, set. 1998.

feitas, onde saíram publicadas, quem as lia, com o que ou com quem dialogavam, e que registro de humor orientava sua realização. Não há respostas universais para tais interrogações, estas constituem um roteiro, incompleto e deficiente, que direciona a forma pela qual devemos enfrentar os desafios interpretativos de fonte ao mesmo tempo tão rica e tão escorregadia.

A caricatura, como de resto qualquer forma de humor, não pode ser definida de forma universal. Via de regra, ela é concebida como um tipo de arte, capaz de revelar a verdade sobre uma pessoa, um objeto, um acontecimento através da deformação. Teria assim a capacidade de expor, pelo exagero, uma característica do objeto desenhado. A perspectiva adotada aqui é um tanto diversa. Prefiro operar com sentidos históricos variados e precisos.

Outra passagem de *Iaiá Garcia* fornece pistas por meio das quais podemos nos aproximar de leituras historicamente corretas dos desenhos publicados nos jornais de caricatura brasileiros do século XIX, e que não se enquadram numa concepção unívoca de caricatura:

Estela pôs a mão no ombro da enteada. – É o Procópio Dias! Disse ela olhando para o desenho. Era, mas o desenho frisava a caricatura; a fealdade de Procópio Dias excedia as proporções verdadeiras, o nariz era enormemente triangular, as rugas da testa grossas e infinitas: um monstro cômico. Estela sorriu da travessura, mas repreendeu-a.²³

O trecho se refere a um desenho de Iaiá Garcia, filha do Luís Garcia, feito e mostrado para Jorge, o filho de Valéria, que retornara como herói do Paraguai. A caricatura tem um sentido bem preciso na passagem. Serviu para revelar uma verdade sobre Iaiá, a autora do desenho. Procópio Dias desejava se casar com ela, e ela, por seu turno, amava Jorge. O objeto da caricatura, Procópio Dias, não era um “monstro cômico”, mas assim era visto por Iaiá, ao menos no que dizia respeito das suas intenções matrimoniais. A caricatura, nesse sentido, é a expressão de um ponto de vista, com intenções precisas, produzidas para um público específico. Iaiá deseja mostrar a Jorge que, para ela, Procópio Dias era “um monstro cômico”. Para ela, a fealdade daquele pretendente era uma característica que tornava risível as intenções matrimoniais de Procópio Dias. Interessava mais transmitir a Jorge esse significado do que revelar uma verdade. Assim, Jorge recebeu um inequívoco

²³ Machado de Assis. *Iaiá Garcia*. Rio de Janeiro: Garnier, 1988, p. 125.

recado sobre as intenções de Iaiá. Trata-se de mensagem calculada, com intenções claras e objetivos precisos. A caricatura servia a um propósito: desfazer os planos de Procópio Dias e revelar de forma indireta os sentimentos de Iaiá. A caricatura, portanto, operava com sentidos escondidos, dissimulações, com a construção de pontos de vista que não eram, por definição, neutros. Ou seja, servia a algum propósito, que não era o de revelar uma verdade única e unívoca sobre o objeto desenhado. A passagem ainda permite pensar ser aquela arte, marcada por ambigüidades, capaz de provocar o riso, mas merecendo reprimenda.

Podemos, finalmente, voltar nosso olhar para os desenhos:



Figura 1 – *Diabo Coxo*, série II, no. 07, 03/set/1865

Assinado por A., o desenho reproduzido na **Figura 1** é de autoria de Angelo Agostini, artista do lápis que dava seus primeiros traços como caricaturista. O jovem italiano viera ao Brasil poucos anos antes, iniciando carreira como pintor retratista em oficinas de fotografia, na época uma novidade que atraiu rapidamente grande número de pessoas interessadas em eternizar a imagem num pedaço de papel.²⁴ O *Diabo Coxo*²⁵ foi a primeira folha em que Agostini trabalhou, dando início a uma longa e bem sucedida carreira de caricaturista no

²⁴ Sobre a explosão da fotografia no Brasil oitocentista ver Candido Domingues Grangeiro. As artes de um negócio: a febre photographica - São Paulo: 1862-1886. Campinas: Mercado das Letras, 2000 e Carlos Eugênio Marcondes de Moura, “Imagens do Oitocentos”. In: Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX – memórias, depoimentos, evocações. São Paulo: Ateliê Editora: Fundação Editora da Unesp: Imprensa Oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, 1998, pp. 345-399.

²⁵ O *Diabo Coxo* foi o primeiro jornal de caricatura que circulou na província de São Paulo. Durou pouco, existindo entre 1864 e 1865. Foi inspirado no personagem do romance de Alan Rene Le Sage *Diabo Coxo*, publicado no século XIX, tendo uma tradução em português. Tinha entre seus colaboradores o conhecido abolicionista Luiz Gama. Sobre esta folha ver A. L. Cagnin. “Foi o Diabo!”, *Diabo Coxo*; São Paulo, 2005, fac-símile e Marcelo Balaban. Poeta do Lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil imperial. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

Brasil, encerrada apenas em 1910, quando faleceu no Rio de Janeiro.²⁶ O semanário foi ainda o primeiro do gênero na província de São Paulo, contando com a participação de Luiz Gama, o conhecido abolicionista, e Sinzenando Nabuco, irmão de Joaquim Nabuco, além de Nicolau Huascar de Vegara, responsável também pelos desenhos do semanário.

O desenho da **Figura 1** constrói uma cena: a captura de “voluntários”. Além de permitir o trocadilho da legenda, polemiza com o esforço do governo em acabar com o boato de que as garantias individuais seriam suspensas, segundo argumento apresentado em artigo publicado no *Correio Paulistano*.²⁷ Afinal, a cena montada é a de trabalhadores, em plena luz do dia, e em meio à atividade na lavoura, sendo recrutados a força. Se o desenho pode ser lido como verossímil, não deve ser entendido como expressão da verdade. Mais do que divertir os leitores, estampas como esta possivelmente acirrava os ânimos e alimentava o suposto boato e, desse modo, o clima de incerteza e medo que pairava na província de São Paulo. A sugestão que se faz é a de que haveria um número razoável de “involuntários da pátria”; sujeitos contabilizados como voluntários, mas que teriam sido, na prática, recrutados ilegalmente. A distinção entre esses tipos de praça seria, então, bastante tênue, o que torna as já pouco confiáveis estatísticas da guerra ainda mais imprecisas. Chamar de voluntário um recruta seria uma forma de mascarar possíveis ilegalidades cometidas a título de recrutamento. Mais uma vez, o Estado, ou seus representantes, estaria indo além das suas atribuições, razão pela qual era motivo de sátira.

A estampa opera com uma imprecisão em torno do termo “voluntário”. Construir essa ambigüidade para o termo é o elemento central do desenho, que joga dúvida sobre o processo de reunir praças para lutar no Sul. Chamar de voluntários recrutas ilegalmente capturados colocava em questão a forma como estava sendo feito o recrutamento na província de São Paulo. O que vemos na cena são guardas nacionais levando trabalhadores a força, homens úteis, provavelmente com família, razão pela qual não se esconderam. A guerra, nesse sentido, estaria afetando a ordem social. A ilegalidade denunciada, tema que

²⁶ Sobre Angelo Agostini ver Gilberto Maringoni de Oliveira. Angelo Agostini ou impressões de uma viagem da Corte à Capital Federal (1864-1910). Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da FFLCH da USP, para obtenção do título de doutor em história. São Paulo, 2006 e Marcelo Balaban. op. cit.

²⁷ Na edição de 09/ago/1865 do *Correio Paulistano* foi publicado artigo do governo para conter um boato que estaria “tomando vulto no ânimo do povo” sobre a suspensão das garantias individuais, que estariam em risco por conta do recrutamento forçado. O texto provocou debate na imprensa ilustrada, sendo discutido, inclusive, na capa da edição do *Diabo Coxo*, série II, no. 04, 12/ago/1865.

estava na ordem do dia na imprensa, e que devia estar sendo discutida pelas ruas, sugeria que poderosos interesses pessoais estavam acima dos interesses da nação. As ilegalidades denunciadas tinham o sentido de afirmar que a guerra estava servindo a propósitos individuais, mesmo que esses propósitos fossem escapar do recrutamento, ou cumprir uma ordem do Chefe de Polícia, ou proteger alguém. Frente à crescente necessidade de homens para lutar na guerra, a oposição entre interesses privados e a causa nacional parecia ser um obstáculo intransponível, ao menos na ótica de alguns jornais de caricatura.

A estampa em questão opera com uma denúncia: a de que as garantias individuais estavam sendo desrespeitadas, ao contrário do que afirmara o governo, como mencionado há pouco, em texto publicado no *Correio Paulistano* no dia 09 de agosto de 1865, quase um mês antes da publicação do desenho, portanto. No intuito de refutar “um boato que não se firma em sério fundamento”, argumenta que “O governo não quer lançar os meios extremos”. Diz que será aberto “recrutamento na província”, mas “não serão recrutados os que tiverem isenções legais”. Buscava acalmar os ânimos, sustentando o princípio de que o Brasil era um país “livre e civilizado”. Procura manter a paz social garantido aos cidadãos que seus direitos estavam preservados. Em meio a esta polêmica, o recrutamento corria solto na província, como atestava fartamente a correspondência de delegados e subdelegados ao Chefe de Polícia que acompanhava os recrutas enviados para a capital:

Com este será entregue a V. Ex. o Voluntário Desertor deste município João Ferrar(sic) d’Oliveira cujos sinais constam da guia que o acompanha, o qual foi [ilegível] por este juízo e no auto de perguntas declarou ser desertor de Voluntário da Pátria.²⁸

A carta do delegado de Taubaté é um pouco posterior à polêmica do *Correio Paulistano*. Chama atenção a denominação “Voluntário Desertor”. Confrontada com a imagem dos “voluntários involuntários”, faz pensar que podia haver um tipo de voluntário que se alistou sem muita vontade de defender a honra da pátria. Ou ainda, podia ser um voluntário arrependido ou, o que parece o mais provável, foi recrutado contra sua vontade, ilegalmente, trilhando a contragosto um caminho sem volta. É difícil descobrir o sentido exato da denominação e qual era o caso de João Ferrar d’Oliveira. Contudo, sua história ajuda a ler e interpretar melhor o desenho de Agostini. Ainda que deva ser analisado como um exagero, uma caricatura não era completa invenção, tampouco apenas um trocadilho.

²⁸ Carta do delegado de Taubaté ao Chefe de Polícia da Província, 03 dez, 1866. AESP, “Polícia”, Co 2512.

Fazia parte e buscava dar sentido a um conjunto de acontecimentos vividos e entendidos de modos variados.

Uma circular de 12 de novembro de 1866 emitida pelo presidente da província de São Paulo, o liberal José Tavares Bastos, explicita um desses sentidos, assim como as tensões em torno das quais o debate era travado:

Do noticiário dos jornais e das participações oficiais terá V. Ex. sabido que o exército imperial e aliado, forte bastante para sustentar as posições tomadas ao inimigo à custa de tanto esforço e heroísmo, necessita do auxílio de novos contingentes para operações mais decisivas e enérgicas até onde se possa impor honrosamente a paz a nossos impiedosos inimigos.²⁹

O presidente se dirige às demais autoridades da Província. Destaque para a forma como se refere ao noticiário dos jornais, fonte de informação sobre os desdobramentos da guerra. O que apareceu como um problema para o Ministro da Marinha, já apontado no início do artigo, para Tavares Bastos seria apenas um fato. O documento, todo ele, foi escrito em tom fortemente nacionalista. No entanto, ao mesmo tempo em que trata da “causa pública”, faz ameaças àqueles que não a fizessem sua, não abraçassem a tal “causa”, cumprindo integralmente as ordens no prazo determinado. Mas também estimula os “cidadãos considerados” de cada localidade a contribuir, o que seria reconhecido pelo governo. A lógica da ação política do período aparece com força no texto e revela um esforço de driblar as dificuldades colocadas pelos detentores do poder local com a oferta, que para muitos poderia ser sedutora, de algum favor. Pela ameaça, ou pelo favor, a estratégia era tornar a “causa pública” também uma “causa privada”, de modo a garantir os contingentes necessários para compor as tropas no Sul. Essa abordagem não buscava atingir apenas grandes detentores de poder, também visava os pequenos poderes. A intenção era fazer a guerra parecer uma oportunidade, garantindo aos que com ela contribuíssem algum tipo de benesse. Ao mesmo tempo, ela podia ser utilizada como forma de barganha imediata com as autoridades de cada lugarejo. A tensão entre interesse público, do Estado imperial, portanto, e demandas privadas, dá o tom do documento. E é justamente esse o ponto sobre o qual Agostini centra sua atenção na estampa da **Figura 2**.

²⁹ Circular no. 3510, Secretaria de Polícia de São Paulo, 12/Nov/1866. AESP, “Polícia”, Co 2512.

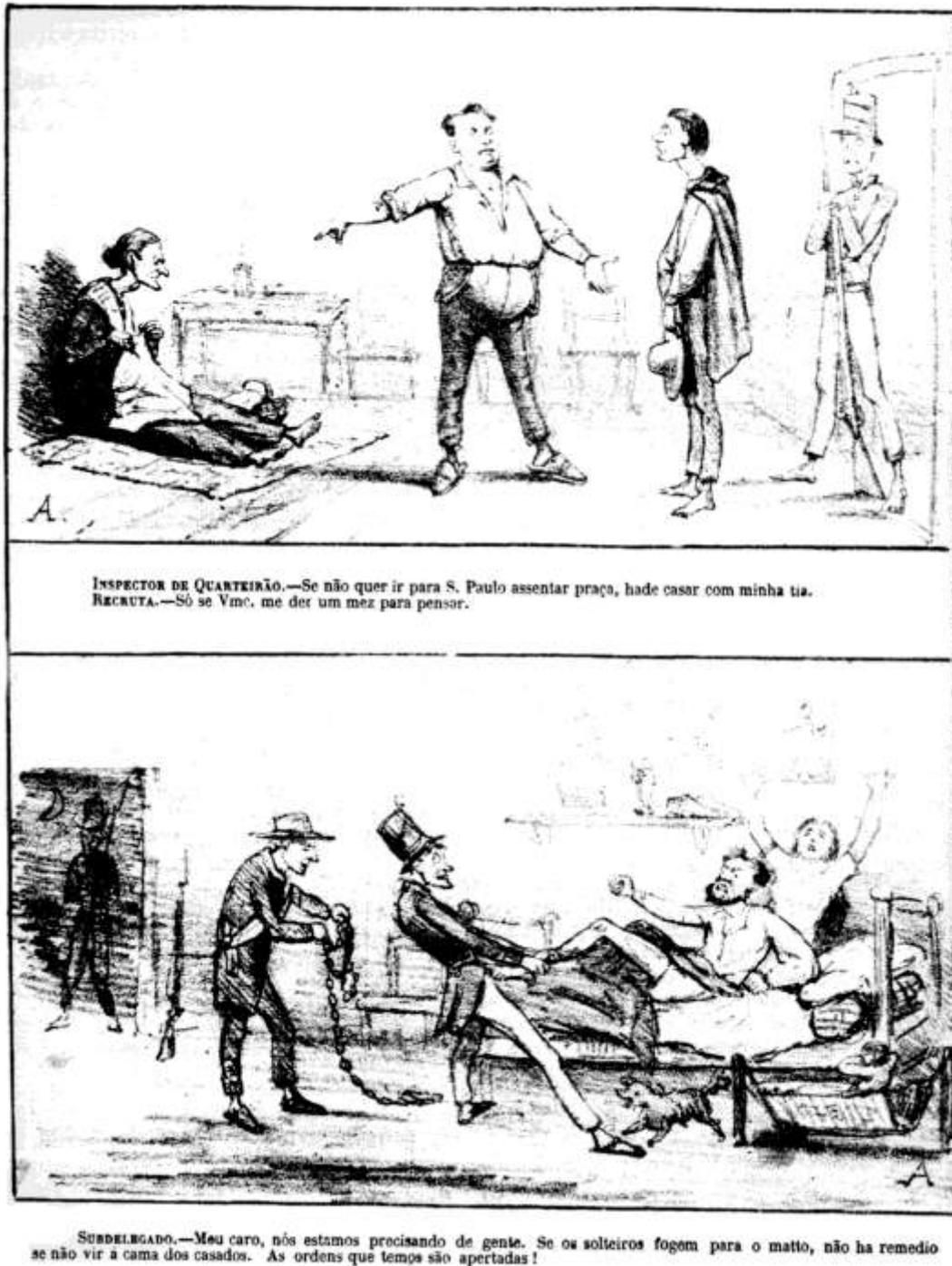


Figura 2 - *Cabrião*, no. 13, 23/dez/1866

Neste desenho, a tensão entre as demandas domésticas e a causa pública organiza a cena. Foi publicado no *Cabrião*, considerado o segundo jornal de caricatura que circulou na província de São Paulo.³⁰ De modos variados, o argumento era o de que a guerra se

³⁰ O *Cabrião* apareceu no final de 1866. Foi inspirada no personagem *Cabrion*, do conhecido folhetim *Os Mistérios de Paris*, de Eugene Sue, romance que fez grande sucesso em Paris e no Brasil, chegando a ter tradução em português. Era redigido por Américo de Campos e Antonio Manoel dos Reis. Sobre este periódico

apresentava como uma oportunidade interessante para dar solução a problemas particulares. O discurso patriótico e a crescente necessidade de praças para lutar contra Lopes tinham naquela sociedade traduções as mais variadas. Podia servir aos propósitos de uma viúva como Valéria, ao mesmo tempo em que permitia que pequenas autoridades tivessem a chance de resolver problemas pessoais. Se no livro de Machado a “ação patriótica” de Jorge é causada por um artilheiro de sua mãe, formando uma bem armada alegoria a respeito da pátria e do patriotismo naquele contexto, no desenho de Agostini é a “causa pública” o elemento em pauta. Mudam os termos, permanece a questão. Em ambos os casos, o interesse público e o da nação são motivo de uma piada evidente, e episódios muito localizados servem para formulação de um princípio mais amplo.

Na cena montada na primeira parte da imagem, um inspetor de quartelão, o personagem que usa tamancos, barganha com o recrutado. A tia velha devia ser um problema. A brincadeira gira em torno do poder que a prerrogativa do recrutamento forçado lhe conferia. Trata-se de uma cena bastante caricatural, mas a lógica que confere graça à piada³¹ sugere que inspetores de quartelão, além de ameaçados, tinham também o poder de ameaçar e conseguir benefícios pessoais. E, mais do que isso, que de fato exerciam este seu poder. Para eles, segundo o sentido construído na cena, o interesse privado vinha antes da “causa pública”. Temos, desta feita, um debate aberto, recheado de sutilezas. Enquanto o governo parecia utilizar a estratégia de fazer da “causa pública” também uma “causa particular”, a revista produz uma bem humorada crítica ao recrutamento, que estaria acontecendo de modo irregular. O cerne da primeira parte da imagem é a negociação, vista como umas das origens/causas dos atos ilegais cometidos a título de recrutamento. O que aparece no desenho é uma cena diurna, na qual há um diálogo, uma barganha entre um recrutado, aparentemente nas circunstâncias de servir, e o inspetor de quartelão. Após ser capturado, é levado para a casa do inspetor de quartelão, ou de sua tia, onde se dá a negociação: a tia ou a guerra, eis o cardápio de opções oferecido ao jovem recrutado.

ver Délio Freire dos Santos. “Primórdios da imprensa caricata paulistana: o Cabrião”, *Cabrião: semanário ilustrado editado por Angelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis*. 2 ed., São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado, 2000 e Marcelo Balaban. op. cit.

³¹ Este é um caso no qual a intenção cômica parece evidente na estampa, é parte destacada de seus objetivos. No entanto, havia naquele tipo de imprensa toda sorte de desenhos, muitos sem intenção humorística, ou sem motivo para riso tão claro.

Mas resta uma dúvida: como interpretar a dúvida do recruta? Naquelas circunstâncias, depois de capturado e sendo homem livre, pobre e solteiro, estando na melhor das condições para servir, possivelmente não regatearia em casar com a tia do inspetor de quarterão para obter sua proteção. Uma primeira e imediata resposta é bem direta: trata-se do mote cômico da cena. Neste caso, a graça seria construída em cima de formas particulares de entender e conferir sentido ao mundo, e por isso difíceis de penetrar. Mas, seguindo esta leitura, uma coisa fica evidente: não havia opção ao recruta: ou bem sedia a vontade do inspetor de quarterão e se casava ou rumaria para a guerra.

De outro lado, o regateio pode ainda ser entendido como uma estratégia do recrutado. É possível imaginar que sua intenção era ganhar tempo para escapar e fugir para o mato, como tantos outros fizeram, ou recorrer a qualquer outro recurso ao seu alcance. A dúvida do recruta, analisada em conjunto com as reiteradas e enfáticas recomendações das autoridades do governo em fazer cumprir a lei do recrutamento forçado, chama a atenção. Ao contrário do que sugere uma primeira leitura dos desenhos, as autoridades tinham uma manifesta intenção de proceder ao recrutamento forçado dentro da lei. Essa preocupação, de forma sutil, pode ser percebida também em algumas estampas, muitas das quais preocupadas em demonstrar que os governos, imperial e provincial, extrapolaram suas atribuições em razão das necessidades da guerra. No entanto, o cuidado das autoridades em seguir a lei era um dos motivos que dificultava a ação do governo para conseguir praças. Sabendo dessas prerrogativas, há indícios suficientes para concluir que os recrutas tinham ciência, como fica claro em muitas das cartas dos delegados da província de São Paulo, de que havia mais de uma possibilidade de negociar sua isenção, o que explicaria a atitude do recruta do desenho analisado diante da proposta do inspetor de quarterão. À luz dos documentos oficiais, podemos então matizar o sentido das denúncias contidas na imagem e aprofundar a compreensão desta fonte e do seu contexto de produção. Angelo Agostini poderia, e deveria, estar carregando nas tintas com vistas a construir a graça e o sentido político da estampa.

A cena que segue logo abaixo na página dialoga diretamente com a primeira. Há paralelismos e oposições. Ambas são cenas passadas em lugares fechados. Uma é diurna, a outra, marcada pela coação, é noturna. Em uma temos diálogo e opções, na outra trata-se de violência. Mas as duas cenas contêm ilegalidades. Na segunda, um subdelegado de polícia, com o auxílio de dois guardas nacionais, invade a casa de um homem casado, com

filho pequeno, para recrutá-lo. Aparentando tranqüilidade, prepara a corrente que vai ser usada no homem que está sendo puxado por um dos guardas. Enquanto um inspetor de quartirão se vale do seu poder para resolver um problema pessoal, fazendo da sua prerrogativa de recrutador um argumento forte em uma negociação privada, o subdelegado recruta um homem com isenções claras, razão pela qual não estava foragido, naquela altura dos acontecimentos. Ele seria uma espécie de compensação, uma vez que não há nesta cena nenhum espaço para negociação. Se, por um lado, há a forte sugestão de que as garantias individuais não estavam mais resguardadas, o que provocaria uma espécie de anarquia social criada pelo poder público, por outro lado, há a afirmação de que o princípio fundamental que regia a sociedade era responsável por tal situação. Em outras palavras, que aquele era um modo de proceder normal dentro da lógica política vigente.

Não seria, portanto, outro o motivo que levou o delegado a invadir a casa daquele pobre homem, em uma atitude também digna de nota. Afinal, a casa era o lugar de poder privado do homem que era recrutado³², seu asilo inviolável. O Estado não poderia intervir em seu espaço daquela forma. Assim, um outro sentido para a “causa pública” estava aí definido. De um lado, havia um ideal a ser perseguido, que seria a aspiração do público resumida no programa da revista; de outro, havia a realidade da relação entre Estado e sociedade, e o termo “causa pública” é usado no semanário como uma ironia ao discurso oficial. Essa ambigüidade do termo na folha ajuda a defini-la, ao mesmo tempo em que é uma chave de leitura importante para os desenhos. O que eles querem dar a entender, portanto, é que a prática do recrutamento forçado na província de São Paulo seguia um princípio equivocado. Em outras palavras, ainda que tais cenas tivessem uma inspiração na realidade, elas estavam construindo um sentido para a relação entre poder público e sociedade. Enquanto um homem livre e solteiro ia conseguir se livrar do recrutamento barganhando com o inspetor de quartirão, um homem casado, pai de família, podia ir para a guerra em seu lugar. No entanto, o delegado ainda precisaria convencer seus superiores das condições daquele recruta, podendo valer-se de argumentos como a vadiagem ou designá-lo como voluntário, ou outro qualquer expediente. De qualquer modo, ao menos conseguiria demonstrar empenho em colaborar com as necessidades da nação.

³² Segundo Peter Beattie, em uma sociedade patriarcal como era a brasileira do período, a casa era um lugar inviolável, sendo o espaço de proteção do homem. Conferir Peter Beattie. *The tribute of blood – army, race and nation in Brazil – 1864 –1945*. Duke University Press: Durham e London, 2001.

O desenho permite, todavia, mais uma interpretação. Aquele homem casado, com filho, podia estar se sentindo seguro com relação ao recrutamento em razão das suas claras isenções, tendo se recusado assim a estabelecer qualquer tipo de negociação com o delegado. Por isso estaria em casa, dormindo tranqüilamente junto com a família. Essa tranqüilidade, no entanto, naquela altura dos acontecimentos parece pouco razoável, diriam mesmo parecer um exagero do autor do desenho. Difícil acreditar na cena. Se a correspondência oficial indicava um esforço das autoridades para proceder ao recrutamento seguindo os parâmetros da lei, esse esforço esbarrava muitas vezes nas vontades privadas, de tal sorte que a ação do Estado dependia necessariamente da ação particular daqueles que o integravam. A estampa não estava de acordo com o restante das imagens publicadas naquela revista, nem com os relatos de fugas para o mato para tentar escapar do recrutamento.

Tal falta de verossimilhança reforça a idéia de que a suposta “imparcialidade” de imagens como esta reflete seu sentido retórico. Era uma maneira de conferir sentido amplo a situações específicas. Tais eventos se tornam argumentos contra uma organização política fundada em uma lógica que fazia com que a “causa pública” passasse necessariamente pelo interesse privado. De modos variados, o público e o privado se misturavam naquelas estampas. Em suma, a crescente necessidade de praças para lutar contra Lopes revelava as deficiências de um Estado incapaz de fazer valer suas prerrogativas, um Estado refém das necessidades e demandas privadas de suas próprias autoridades. Esta parece ser, em alguma medida, a mensagem política contida em desenhos como os aqui analisados, constituindo um dos elementos da crítica.

São Paulo foi uma das províncias que menos forneceu soldados para a guerra. Ainda assim, ela movimentou de forma intensa a vida de seus habitantes, sendo um tema que interessava a todos. Não fosse por outro motivo, a capital da província passou a ser palco, cotidianamente, de incômodos desfiles:



Figura 3- Diabo Coxo, serie II, no. 11, m 31/dez/1865

Para analisar esta imagem, é preciso atentar para o conjunto de elementos que a compõem. Em primeiro lugar, a palavra “cenas”, que dá título à imagem, tem um sentido duplo: é a imagem construída, o desenho em si, e é a cena, que aparenta ser ordinária, do desfile de recrutas capturados pelas ruas da capital da província. A dupla acepção da palavra remete à mensagem que a estampa pretendia passar: politizar, por meio de um desenho, de uma “cena” construída, uma “cena” cotidiana. Temos ainda a palavra liberal, cujo sentido histórico não se coaduna com qualquer debate teórico atual sobre liberalismo, mas aponta para um modo bem específico de politizar o debate sobre o recrutamento forçado e, por extensão, sobre a organização política da monarquia brasileira – uma monarquia constitucional, definida como liberal por defender a liberdade, que em um mundo organizado pela escravidão tinha tradução bem particular. Além da evidente oposição entre escravidão e liberdade, entre cidadão e escravo, a liberdade não era a mesma para todos: um liberto tinha menos direitos que um homem livre, e um negro, mulato, pardo sempre poderia ser confundido com um escravo.³³ Um estrangeiro não tinha direitos políticos e um

³³ Na casa de detenção do Rio de Janeiro havia um livro dedicado aos livres e libertos, outro exclusivo para os cativos. Em ambos, encontramos um grande número de casos nos quais o motivo da prisão era “suspeita de

liberto africano, um ex-escravo estrangeiro, praticamente não poderia gozar sua liberdade. O outro princípio definidor do liberalismo no século XIX era a propriedade. A defesa da propriedade, em grande medida, era a defesa da escravidão. Assim sendo, direcionar o debate para a questão liberal significava politizar e construir uma leitura sobre a estrutura social da monarquia brasileira em um momento de forte tensão.

Podemos então analisar os detalhes do desenho. De uma janela o personagem “Diabo Coxo” aponta e comenta com seu inseparável companheiro Sr. Thomaz a chegada de um grupo de recrutas à capital. O sentido destes narradores se revela na cena. Tem a função de apontar defeitos daquela sociedade. O espetáculo dos recrutas entrando na cidade revelaria a verdadeira face do recrutamento ao mostrar pessoas livres sendo tratadas como escravo. Os narradores, assim, são uma espécie de filtro moral, que revelariam sentidos profundos de cenas cotidianas. A aparente passividade dos personagens narradores, que ostentam um sorriso brejeiro e observam a cena tranqüilamente, contrasta com o resto da imagem e com a legenda. Apesar de classificar a cena como um escândalo, a postura dos narradores indica que aquele devia ser um acontecimento corriqueiro. A cavalo, os recrutadores parecem calmos, em palestra aparentemente animada. Os prisioneiros, algemados pelo pescoço, vem a pé e descalços. Após a primeira longa jornada, iriam ser submetidos à aprovação das autoridades da província. Em seguida, caso fossem considerados legais e fisicamente aptos, eram encaminhados à Corte, de onde finalmente seriam embarcados para o teatro das operações.³⁴

Este desenho, no entanto, sugere que tais indivíduos não eram recrutas ideais. Ainda que o recrutamento servisse para angariar homens, estes não o eram necessariamente soldados, o que comprometeria o sucesso das operações no Paraguai. O que chama mais atenção na cena, contudo, é o fato de eles aparecerem acorrentados pelo pescoço. Não é por acaso que a imagem lembra os escravos fugidos após serem capturados. A associação entre recrutamento forçado e escravidão domina a imagem sem que sequer

escravidão”, “suspeita de escravo fugido”, entre outras formas de descrever a mesma suspeição que pairava sobre os não brancos.

³⁴ Um dos mais graves problemas enfrentados pelas autoridades policiais era o transporte de praças para a guerra. A região dos conflitos era de difícil acesso, não havia rotas diretas até o teatro das operações, o que elevava sobremaneira os custos e acarretava em muitas perdas humanas, sobretudo por doença, antes que esses homens tivessem a chance de disparar um tiro. A esse respeito ver Vitor Izecksohn. “Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860”, *Estudos Históricos*, nº. 27, Rio de Janeiro, 2001.

um negro apareça. Aliás, esta é a sua força ao operar com a inversão de papéis: homens livres sendo “escravizados” para a guerra. A imagem fica ainda mais forte se levamos em consideração que, do outro lado, os escravos estavam protegidos do recrutamento, a mão do Estado não os alcançava. A análise do contexto da guerra tinha direção precisa: expressar a idéia de que a escravidão dominava e contaminava as relações sociais. Essa contaminação, naquele momento, acontecia por ser o recrutamento uma prática abusiva do Estado, que em nome da guerra se arvorava o direito de escravizar homens livres. A ironia daquela “cena liberal” estava no fato de que o Estado se tornava agente de outro tipo de escravização. O que era uma prática restrita ao domínio privado, nos anos da guerra se tornava prerrogativa do governo imperial, um tipo de intervenção que acontecia, segundo a revista, de forma ilegal e, o que era o mais importante, era entendida como ilegítima.

Nesta imagem, chama atenção a forma como a reação dos capturados é tematizada. O que na correspondência oficial aparece como uma delicada e difícil negociação entre governo e recrutas, negociação nem sempre vencida pelo governo, não é um elemento constitutivo das imagens. Ao contrário, tais sujeitos aparecem como vítimas indefesas da tirania de um Estado escravista. Há um contraste entre a imagem que ora analiso e a documentação de polícia. Nesta, as “vítimas” demonstram conhecimento das leis e astúcia em desenvolver estratégias para, a partir das brechas e falhas do texto legal, conseguir a sonhada isenção. O foco das imagens, desse modo, estava na ação do Estado e no significado de tal ação.³⁵ O Estado pautava sua atuação pelas desigualdades sociais definidas constitucionalmente, cujo princípio moral seria “escravizar” homens e mulheres.

Há, entretanto, um elemento central que chama a atenção no desenho: a cor dos recrutados. Todos são brancos. Não há em toda a imagem sequer um negro, ou mulato, pardo ou cabra. Contudo, eles parecem recebendo tratamento de escravos, são desenhados como homens tristes, sem ação, submetidos a uma situação desonrosa. Este desfile público não seria escandaloso se os personagens fossem escravos, ou no mínimo não brancos. A noção de honra, no argumento de Peter Beattie, estava fortemente associada à cor da pele.³⁶ Dar mesmo tratamento a homens brancos, trabalhadores, possivelmente casados,

³⁵ Para Hendrik Kraay, “A Guerra do Paraguai ilustra os limites da ação do estado nas sociedades escravocratas.” Esse limite era definido por uma linha que demarcava a sua ação e a autoridade dos senhores, linha esta que o autor afirma não foi ultrapassada. Conferir Hendrik Kraay. “Escravidão, cidadania e serviço militar na mobilização brasileira para a Guerra do Paraguai”, *Estudos Afro-Asiáticos*, nº. 33, set, 1998, p. 137.

³⁶ Conferir Peter Beattie, op. cit.

era atingir o cerne de noções fortemente arraigadas na cultura e sua tradução na definição da hierarquia social daquele mundo. Se raça e honra estavam tão fortemente associadas, como argumenta Beattie, então um dos sentidos do “escândalo” desta “cena liberal” estava no fato de brancos serem tratados como negros, mulatos, cabras. Uma imagem como esta pode ter causado forte impacto nos leitores brancos do hebdomadário, muitos dos quais possivelmente já incomodados com cenas como aquelas. Novamente podemos inferir que há uma intenção nessa construção: afinal, havia muitos homens livres e libertos negros, mulatos, não brancos, enfim. E, devemos lembrar, estes deviam ser alvos preferenciais dos recrutadores. No entanto, parece haver um esforço deliberado de apresentar na estampa somente homens brancos. Afinal, era este um dos focos centrais do sentido pretendido pelo desenho. Se não podemos ter certeza sobre o que pensavam os redatores e o desenhista da estampa, temos elementos suficientes para argumentar que os responsáveis pelo desenho tinham a intenção de tematizar e politizar, provavelmente buscando delinear um argumento capaz de quedar fundo nas noções de honra dos seus leitores. Claro que podemos, da mesma forma, trabalhar com situações diversas, como a de leitores não brancos, que talvez tivessem leitura distinta, mas talvez estes leitores não interessassem aos responsáveis pela folha.

Tal leitura pode ser complementada com um detalhe muito forte da cena: uma mulher branca, sem algemas e embalando cuidadosamente uma criança no colo, a pé e descalça, encabeça o triste cortejo. É uma figura destacada na imagem, que confere dramaticidade à cena. Ela constitui um enigma. A mulher era símbolo de muitas e distintas coisas no século XIX. Podia ser uma referência à nação, à humanidade, à liberdade ou até mesmo à república, todas representadas por figuras femininas. O que temos, com certeza, é a imagem de uma mãe zelosa, que cuida de criança pequena, desprotegida e provavelmente órfã. Afinal, uma leitura possível é a de ser aquela mulher uma representação das mães, ou mulheres dos recrutados, cujo destino quase certo era a morte na guerra. Tal leitura ganha força pela sugestão de tratar-se da esposa de um dos recrutados, homem que era duplamente desonrado; por ser tratado como negro e por ter tido o lugar de poder, sua casa, invadida e destruída. No entanto, a diversidade de símbolos sintetizada naquela figura feminina constituía a força da estampa, cabendo ao leitor interpretar conforme suas referências. Aquela mãe zelosa e desprotegida constituía, no entanto, um lugar central naquela “cena liberal”. Verdade que também deve-se ter cautela com essa imagem. Ela, como as demais,

não é expressão da verdade sobre a prática do recrutamento. Mas chama a atenção a semelhança com os argumentos e descrições das cartas dos delegados de polícia:

Nesta data remeto a V. Ex. os 4 recrutas, constantes da lista que junto acompanha, pois é o que até agora tenho podido conseguir a custa de muitas diligências empregadas, porque acham-se todos tanto os designados, como os solteiros nas circunstâncias de serem recrutados, refugiados pelas matas desde a malfadada revista que o Comandante Superior havia de levar ao conhecimento de V. Ex., seu resultado; por isso tem se tornado ainda mais dificultoso tais diligências, por isso que nem guardas nacionais para este serviço se acham; mais fico continuando de comum acordo com o Comandante Superior nas diligências, que espero tirar mais algum resultado.

Dos recrutas que ai vai, vão três que são casados mais [ilegível] um deles servirão com suas mulheres, um deles já foi 15 anos que está apartado da mulher, o que tudo V. Ex. melhor se informará pelos interrogatórios que junto este acompanha(...)³⁷

O delegado de Paraibuna, com sua escrita um tanto arrevesada, revela a dificuldade de conseguir homens nas condições ideais para o serviço da guerra. Aqueles se encaixariam nas prerrogativas legais, bem como nas exigências físicas, – homens livres solteiros e os designados da guarda nacional – estavam refugiados, sendo até mesmo difícil arranjar homens para auxiliar na caça de recrutas, em razão da “malfadada revista” do Comandante Superior, como elucida o delegado. Para conseguir driblar essa dificuldade, estavam recrutando homens casados, que às vezes iam acompanhados de suas esposas para a *front*. A cena desenhada por Agostini podia guardar alguma semelhança com o que estava acontecendo na província de São Paulo. No entanto, mais do que revelar uma verdade, de “imitar” uma cena cotidiana naqueles tempos de guerra, a imagem confere um sentido para a prática do recrutamento. Por seguir na frente, carregando um bebê no colo, é a figura que se destaca. Sem a proteção do marido, não lhe restaria outra opção senão seguir com ele. Além do mais, era desejável para o governo imperial que mulheres seguissem para o local dos confrontos, podendo exercer uma série de funções em uma guerra caracterizada pela longa duração. Na figura, o destaque que recebe serve para dar o tom da crítica: o escândalo que caracteriza o espetáculo assistido de camarote pelo “Diabo Coxo” e seu companheiro Sr. Tomaz estava fortemente associado à sua figura. Sem algemas, afinal ela não poderia ser legalmente recrutada, e sem a proteção do marido e do Estado, ela é apresentada como um símbolo de uma perversa e violenta forma de intervenção do governo imperial na vida dos

³⁷ Carta do delegado de Paraibuna ao Chefe de Polícia da Província. São Paulo 06 dez, 1866. AESP, “Polícia”, Co 2512.

cidadãos livres brancos do Império do Brasil. Para estes trabalhadores, a causa nacional passava bem longe de seus interesses privados.

ESCRavidÃO E RECRUTAMENTO FORÇADO

Ao longo da década de 1860 não era comum encontrar, na imprensa ilustrada, muitas imagens de negros, fossem eles escravos, livres ou libertos. As poucas ocorrências, entretanto, apontam para um conjunto de questões interessante. A maior presença dessas imagens está relacionada à guerra do Paraguai, momento em que a sociedade oitocentista passava por dias tumultuados. O recrutamento forçado assombrava a mente da maioria dos homens livres pobres. Denúncias de ilegalidade no recrutamento enchiam as páginas dos diários e semanários. Grande incerteza pairava no ar. Foram dias vividos intensamente. Em meio às constantes e crescentes demandas de praças para lutar no Sul, o empenho das autoridades locais em cumprir as ordens recebidas, muitas vezes em tom de ameaça, estancavam diante de fugas para o mato, da lei que concedia isenções a muitos cidadãos e da própria existência da escravidão, vista por vezes como um incômodo limite à ação do Estado em tempos de guerra.

Não sendo cidadãos, estando sob o domínio privado de seus senhores, os escravos estavam protegidos do recrutamento, o que não era, para eles, necessariamente uma vantagem. Arrebanhar e levar cativos para a guerra seria uma afronta à autoridade senhorial, o que colocaria em risco a própria instituição da escravidão. No entanto, a questão suscitou um amplo debate no qual havia muito espaço para ambigüidades. Quanto mais tempo duravam os confrontos, quanto mais incerta era a vitória, aumentava o dilema do Estado imperial: como vencer a guerra sem acabar com a escravidão?³⁸ Tanto mais grave era a questão quanto mais tenso era o ambiente interno do país nos anos de guerra. Para muitos, aqueles foram anos de oportunidades, enquanto outros temiam a morte quase certa *no front*.

Do ponto de vista dos escravos, a guerra poderia significar muita coisa. Nos três últimos desenhos a serem analisados aqui, alguns desses sentidos aparecem. Uma primeira

³⁸ Hendrik Kraay. “Escravidão, cidadania e serviço militar na mobilização para a Guerra do Paraguai”, *Estudos Afro-Asiáticos*, nº. 33, set. 1998.

hipótese era ser a guerra um meio de deixar a vida no cativeiro, mesmo com risco da própria vida. Ela poderia, ainda, ser entendida como uma oportunidade de alcançar um lugar social, de voltar como herói da pátria, ou ao menos com algum tipo de reconhecimento. De outro ponto de vista, poderia haver escravos que preferiam a escravidão ao futuro incerto da guerra, e neste caso as condições do seu cativeiro e mesmo as possibilidades de liberdade que eventualmente tivesse negociado poderia ter influenciado a decisão. Havia ainda aqueles para quem a guerra era uma imposição. Era o caso dos escravos libertados para servir na guerra. O Conselho de Estado, no final de 1866, em meio às crescentes demandas por praças, decidiu autorizar a ida de escravos, que receberiam a promessa de liberdade em seu regresso. A prerrogativa senhorial foi resguardada uma vez que cabia ao senhor decidir sobre o destino do escravo.

Esses sentidos aparecem em três estampas. Analisar alguns de seus detalhes permite explorar o modo como fontes caricatas podem servir para a discussão das questões levantadas até aqui.



FIGURA 4 - VIDA FLUMINENSE, 11/JAN/1868

Legenda:

Dialogo de negros minas

“- Entonce, pai Zuaquin, vossuncê num tem memo medo de recrutamento?

- Xi, num fale nesse não! Minha corpo tremendo tudo!...

- Medroso! Pois eu está querendo que seu moço urbano mi agarra

- Padre, fio e escrito santo! Cala boca, Zunzé!

- Esta enganado. Quero vortá lá do sú feito generá, com um panacho bem grande ni cabeça como sonho velho Camamú, para vê tuda as criolinha de olhinho terno para mim”

Nesta estampa, o diálogo dos africanos oriundos da Costa da Mina sugere que a guerra poderia ser vista com bons olhos por eles. Mas o que chama atenção no desenho é seu forte tom galhofeiro. Zuaquin e Zunzé são personagens risíveis para brancos. Um por seu medo, o outro por sua pretensão de “vortá lá do sú feito generá”. Em ambos os casos, parece haver a sugestão de que nem um nem outro deveriam ser armados e levados para defender o pundonor nacional atingido pelo ditador paraguaio. De um ponto de vista

branco, temos um desenho no qual as marcas da cor são bastante evidenciadas e compõem o sentido da piada e do perigo que representaria armar africanos. A cor da pele, as roupas, o cabelo e a fala compõem os dois personagens. Interavam, ao que tudo indica, o argumento, não havendo necessidade de maiores explicações. A presença de pessoas como eles no *front* representaria um perigo duplo: o primeiro, por sua covardia, não seria um bom soldado, no caso de Zunzé, seus motivos seriam um exemplo de sua incivilidade. Diferenciar-se socialmente ostentando um “panacho bem grande ni cabeça” e com isso conseguir os “olhinho terno” das “criolinha” voltados para ele não se constituiriam em bons motivos para seguir para o Sul. Note-se que o desejo de Zunzé volta para as crioulas, ou seja, as nascidas no Brasil. De qualquer modo, tanto o que desejava, como o que temia rumar para a guerra são descritos como incapazes, não estando à altura da tarefa. E o que define na imagem essa incapacidade e os riscos potenciais são as características da raça, tão fortemente delineadas na estampa. Confrontando esse diálogo com os muitos textos nacionalistas que circulavam, o argumento de que eles não deveriam ser utilizados na defesa da pátria fica completo. Finalmente, o interesse privado de escravos africanos, mais do que motivo de riso, era razão forte para uma nada disfarçada sugestão de que eles não deveriam ser armados e levados para defender a honra nacional. Assim, o fato de que o interesse deles passava ao largo das necessidades da nação aparece como mais um argumento que se construía contra aceitar a presença de africanos na guerra. Isso não significa, obviamente, que africanos não tenham rumado para a guerra e que não houvesse quem defendesse sua presença no teatro das operações; significa apenas que havia posições dissonantes a esse respeito naquele momento.

Ademais, temos a cena de dois escravos, como fica evidente por ambos estarem descalços. Mas eram dois escravos africanos. A liberdade para esses escravos não era a garantia de direitos. Os crioulos, se libertos, tinham cidadania limitada. Já os africanos (mesmo sendo libertos), por serem estrangeiros não tinham perspectiva de cidadania. Para estes sujeitos, a liberdade era precária e limitada. Assim sendo, o reconhecimento na guerra poderia ser um caminho de ascensão social. Trata-se de uma análise bastante especulativa, mas que ganha alguma densidade com trabalhos que explicitam visões brancas de africanos

e exploram algumas das opções que se ofereciam para eles.³⁹ Imagens como esta, tão pouco comuns naquele período, ajudam a pensar que havia uma percepção de que libertar para guerra escravos crioulos ou ladinos não era entendido como a mesma coisa do ponto de vista de brancos. No caso em pauta, as razões para essa distinção eram explicitadas pela ridicularização dos personagens, expressa pelo diálogo que é construído para Zuaquim e Zunzé. Não caberia, então, outra forma de representar a situação que não através de uma clara e escrachada piada.

Porém, o modo como os escravos apareciam em imagens relacionadas ao recrutamento eram variadas:

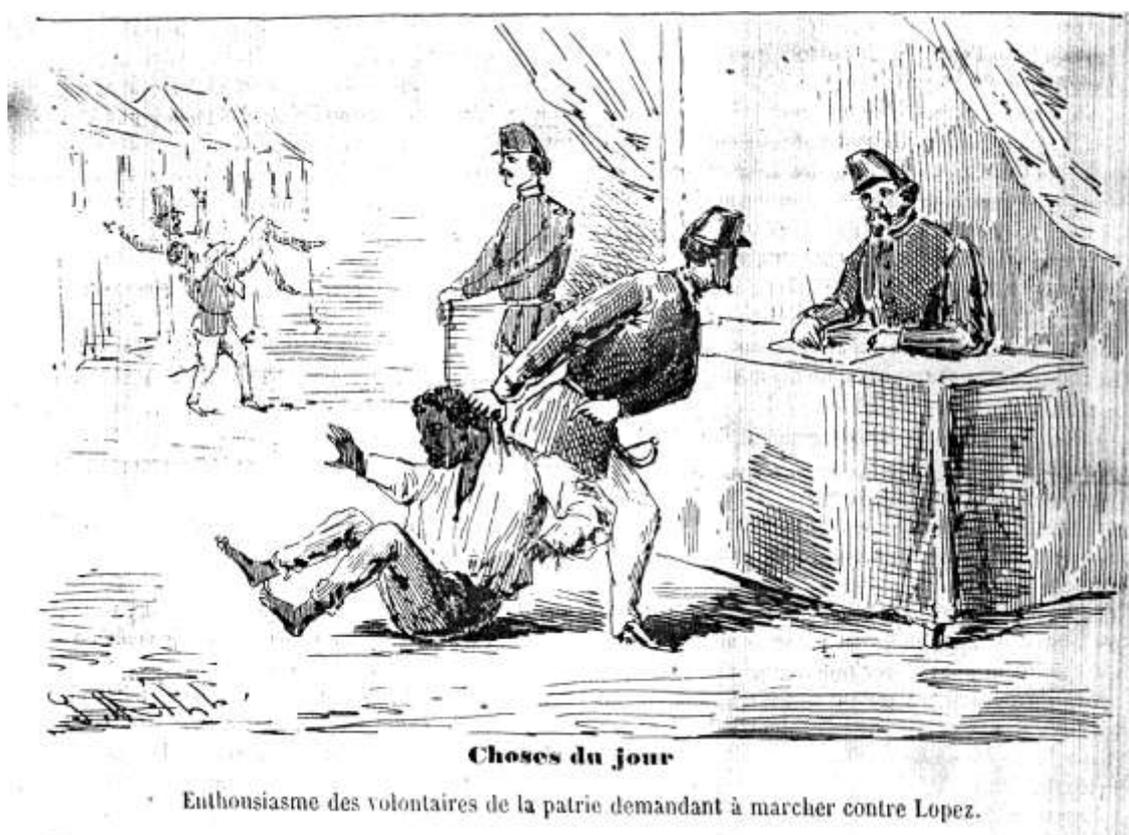


FIGURA 5 - BA-TA-CLAN, 12/OUT/1867

O desenho acima busca construir outra cena cotidiana, “Coisas do dia”, como aponta inequivocamente o título da estampa. A legenda, bem como todo o restante do semanário, era escrito em francês, indicando tratar-se de folha destinada a público específico, em particular leitores estrangeiros, não familiarizados com o português. Não seriam pessoas necessariamente acostumadas com o cotidiano do recrutamento. Mas não

³⁹ Um bom exemplo é o último livro de João José Reis. Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

há informações a respeito da circulação desta folha, tampouco se ela era distribuída fora do país. A imagem era outra denúncia da ilegalidade do recrutamento, semelhante, mas distinta da estampa dos “voluntários involuntários”. O detalhe, nada irrelevante, é que neste caso o recrutado é um escravo. A legenda chama atenção. Numa tradução livre, quer dizer: “Entusiasmo dos voluntários da pátria pedindo para marchar contra Lopez”. O ano, 1867, informa tratar-se de um instante mais adiantado da guerra, que, no entanto, parecia ainda longe de um fim satisfatório. Os esforços para conseguir soldados para lutar contra Lopez estariam mais extremados, chegando ao ponto de um escravo ser arrastado em plena luz do dia. Naquela altura dos acontecimentos, o “entusiasmo” patriótico deveria estar muito em baixa, explicando assim a ironia da legenda.

A estampa, novamente, não parece verossímil. Afinal, um escravo recrutado à força, contra sua vontade, no meio da cidade, poderia causar todo tipo de transtorno. Provavelmente, mais do que contrariar o desejo do escravo, o que se apresentava como um potencial perigo era a vontade contrariada do seu senhor. Nesse sentido, a ilegalidade denunciada seria potencialmente explosiva, uma vez que atingia um dos princípios organizadores da lógica de dominação senhorial. O sagrado direito à propriedade estaria sendo desrespeitado abertamente, atingindo o cerne da principal instituição do Brasil oitocentista: a escravidão.

Note-se, no entanto, que a palavra escravo não aparece. Em seu lugar temos o termo voluntário, usado de modo sempre cheio de possibilidades e sentidos por autores de desenhos como este. Aqui, inclusive, aparece contrastando com a palavra “entusiasmo”. É possível utilizar o contraste como uma brecha para outras leituras da estampa. Basta, para isso, imaginarmos outras situações. O negro arrastado poderia ser suspeito de escravo fugido, ser considerado vagabundo, ou ratoneiro, ébrio. Seguindo o mesmo raciocínio, poderia ter sido capturado por estar vagando sem rumo e não ser conhecido na cidade. Na casa de detenção do Rio de Janeiro, tanto no livro destinado aos livres, como no de escravos, encontram-se muitos casos de pessoas detidas por suspeita de escravidão, ou de ser escravo fugido, conforme já apresentado anteriormente. Nesse caso, a liberdade poderia ser presumida, tornando aquele um perfeito “voluntário da pátria”.

É possível engrossar o caldo de evidências que tornam possível esta interpretação. Vejamos, por exemplo, uma carta do delegado de Bananal ao Chefe de Polícia da Província de São Paulo:

Nesta data remeto para essa Capital, a fim de serem apresentados a V. Exa., 8 recrutas para o exército e bem assim de dois pretos [sic] de nome João Congo e Geraldo que tinham sido aqui recolhidos à Cadeia por suspeitos de escravos fugidos e que V. Exa. exigiu em ofício de 12 de Novembro do corrente ano, vai nesta data acompanhado da conta das despesas, somente o segundo, visto que o primeiro foi já remetido para a Corte, conforme a ordem de V. Exa. em ofício de 27 de Novembro.

Igualmente remete conjuntam^e. [sic] com os recrutas, 6 Voluntários da Pátria, por mim angariados, vestidos e supridos com as despesas de viagem, as quais vão com endereço ao Exe. Sr. Presidente da Província.

Deus Guarde Vossa Exe. por m^{tos} anos

Delegado de Polícia da cidade de Bananal 25 de Dezembro de 1866.⁴⁰

O trecho aponta uma série de questões que intrigam e dão substância às questões propostas neste texto. O delegado se refere a 16 pessoas, qualificadas de formas distintas. Temos 8 “recrutas”, sem referência alguma a cor. Além destes, menciona dois “pretos”, que foram detidos por “suspeitos de escravo”. A referência à cor da pele, vale sublinhar, somente aparece nesses documentos quando há alguma associação com o universo da escravidão. Finalmente, angariara ainda mais seis Voluntários da Pátria. Se ocorrências como as descritas neste documento eram uma tendência na província, como sugere a referência à ordem dada pelo Sr. Daniel Acioli, Chefe de Polícia em São Paulo, a ambigüidade da condição dos dois pretos dava o ensejo para conseguir novos homens para as tropas que lutavam contra Lopes. Mas faziam isso ao arpejo da lei e, neste caso, partindo da premissa de que a liberdade deveria ser presumida. Para não serem devolvidos aos seus senhores, os fugitivos alegavam ser livres. A ambigüidade da cor, nesse caso, era mobilizada de acordo com o interesse do Estado imperial, mas também servia ao desejo de liberdade dos “dois pretos”, que souberam fazer da causa nacional um artifício para buscar escapar da escravidão. Sem prova em contrário, presumia-se a liberdade, de modo que nenhuma ilegalidade estaria sendo cometida. A indefinição servia a João Congo e Geraldo, pois, caso eles fossem escravos e sobrevivessem à guerra, voltariam como libertos. Em qualquer caso, escapariam do cativeiro. No documento do delegado de Bananal, que data de 10 meses antes da estampa do *Ba-ta-clan*, os termos recruta e voluntário não têm ambigüidade alguma, mas a incerteza da condição dos dois presos por suspeita de serem escravos abria uma brecha. Nesse sentido, é possível ler a imagem da **Figura 5** como uma interpretação a respeito do

⁴⁰ Carta do delegado de Bananal ao Chefe de Policia da Província. São Paulo, 25 dez, 1866. AESP, “Polícia” Co 2512.

sentido que a ambigüidade social da cor da pele produzira nos anos da guerra. A presunção da liberdade para os não brancos sem proteção poderia ser utilizada em favor do interesse da nação, que neste caso poderia ser a mesma de alguns escravos. Muito embora esse procedimento não fosse visto por folhas ilustradas como interessante, como sugere a ironia do desenho de *Ba-ta-clan*.

O que estou tentando argumentar, portanto, é que direcionar o olhar para alguns detalhes de estampas como as acima analisadas pode abrir um campo fértil de investigação. Assim, o caso de Geraldo e seu companheiro revela uma possibilidade histórica. A presunção de suas liberdades, mesmo quando pairavam dúvidas a respeito da sua condição legal, poderia ser uma oportunidade mobilizada com habilidade por cada parte envolvida. Afinal, a dúvida poderia ser tão vantajosa para o Estado quanto para “os dois pretos”. O mesmo vale para os demais seis homens encaminhados pelo delegado de Bananal. As autoridades parecem interpretar e operar nos lugares nebulosos da lei, visando obedecer às ordens dadas como urgências. As imagens aqui analisadas tocam em uma gama ampla de problemas, ajudando a entender porque a guerra atraía a atenção da população brasileira e alvoroçava os jornais e revistas, fazendo da sua cobertura pela imprensa um “fenômeno perturbador”.

Um último caso merece ainda atenção:

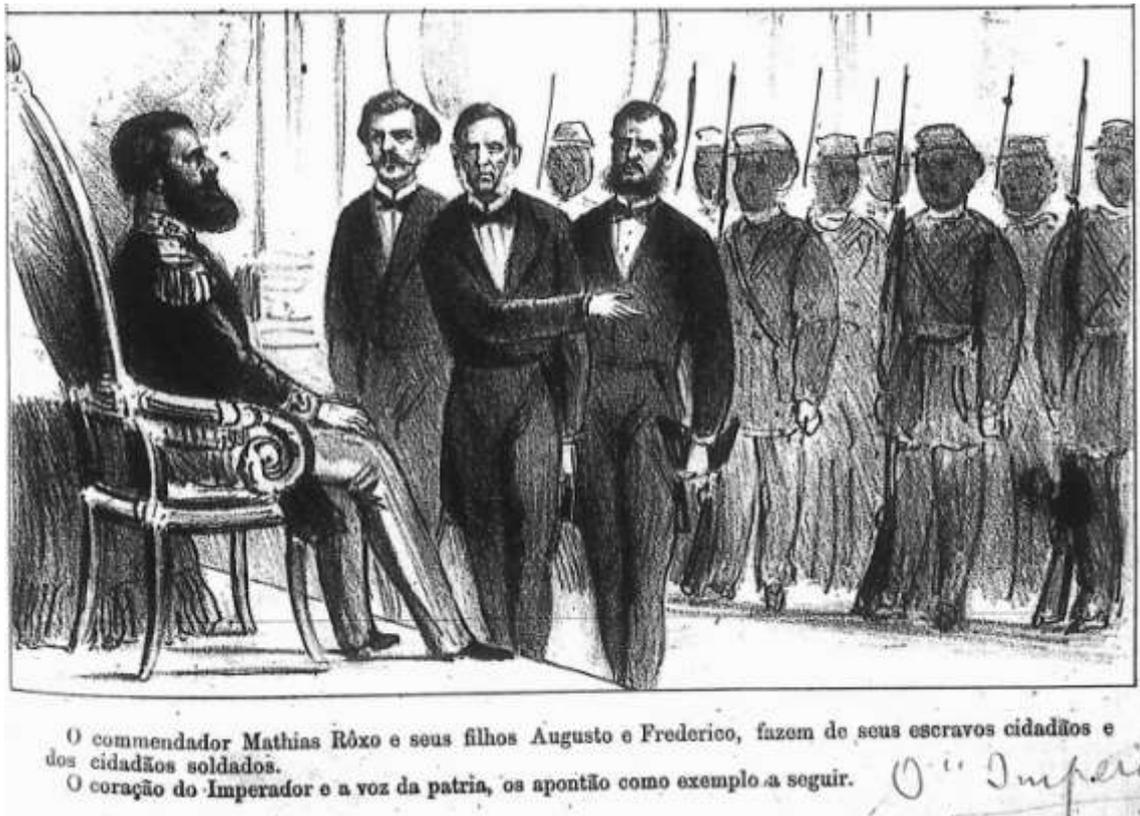


FIGURA 6 - SEMANA ILLUSTRADA, 23/DEZ/1866

O desenho é uma cena de Corte. Escravos tornados cidadãos pelos seus senhores e pelo Estado. Há aqui o que seria um exemplo perfeito de colaboração. O senhor, junto com seus filhos, faz seus escravos “cidadão” no ato de torná-los soldados, quando passariam a servir à nação. A guerra, o serviço da pátria seria um meio de civilizar os escravos, o que servia à causa nacional sem ameaçar a escravidão. O argumento pode soar apressado, mas há solo histórico capaz de lhe garantir firmeza. Um argumento levantado na polêmica travada no Conselho de Estado durante o debate sobre alforriar escravos para lutar no Sul em 1866 era o de que a guerra poderia ajudar a civilizar os escravos. De outro lado, argumentava-se também que este tipo de alforria iria deitar por terra a autoridade senhorial. Tratava-se de questão delicada, de um lado, era preciso convencer os proprietários a ceder seus escravos para a guerra, mediante devida indenização, logicamente; de outro cabia lançar dúvida sobre a medida, se ela representava um risco à instituição. O debate foi travado calorosamente e a diferença entre interesse público e os interesses particulares marcou a discussão. É precisamente neste debate que a estampa se insere. Este, de modo nada sutil, defende a colaboração entre proprietário e governo

imperial. O interesse de um aparece como o interesse do outro. Essas e outras estampas renderam à *Semana Illustrada* a fama de governista.

Analisando alguns detalhes, é possível caminhar mais na leitura. Os escravos tornados “cidadãos soldados” não têm os traços do rosto definidos. O que lhes confere identidade é a farda alinhada com perfeição. Além disso, estão todos cuidadosamente perfilados e se apresentam a D. Pedro II como um verdadeiro exército, prontos para o combate. As características da cor, tão evidentes nas duas primeiras figuras, são disfarçadas e as demais marcas da escravidão simplesmente desaparecem. A guerra seria, por esta estampa, um momento de “transformar” aqueles sujeitos em cidadãos. Nesse processo, evidenciava-se uma relação forte entre cidadania e raça: para tornar escravos cidadãos, na retórica do semanário, era preciso disfarçar a cor da pele. Já é possível avistar, neste desenho, parte do processo de racialização que iria se acentuar e ganhar novos contornos nas décadas seguintes.⁴¹ Em torno dos personagens negros, os tons da cor da pele e demais aspectos que caracterizavam a raça eram detalhes dos mais relevantes. O modo como aparecem expressava sentidos fortes e oscilava ao sabor do momento e do argumento que se buscava construir. Um jogo de interesses parece se delinear. A mensagem transmitida pela estampa era a de que, para harmonizar a vontade privada, com a causa da nação, seria preciso apagar os anseios, características e pontos de vista dos personagens negros. Por isso que, ao serem representados como “cidadãos soldados”, perdem as feições. São igualados pelo mesmo rosto sem detalhes nem marcas, como se a cidadania para eles devesse ser o ocultamento de seus desejos.

* * *

Já é possível voltar à pergunta que inspirou este artigo. O fenômeno perturbador mencionado no início diz respeito a uma gama enorme de temas que giravam em torno da dinâmica e complexa relação entre interesse nacional e interesse pessoal. Direitos civis, escravidão, oportunidades de mudança de condição aliados ao empenho de dar fim à guerra de forma satisfatória faziam parte das questões em jogo e eram sistematicamente tematizadas na imprensa ilustrada. Através dela, aprendemos que uma diversidade de possibilidades estava em jogo, envolvendo grandes e pequenas autoridades, trabalhadores livres, brancos, negros, mulatos e escravos africanos e crioulos. A segurança das famílias era

⁴¹ Sobre o processo de racialização no Brasil ver Wlamyra R. de Albuquerque op. cit.

posta em pauta, bem como o equilíbrio social estava em risco. Os termos em que se travava um debate interno sobre as conseqüências da guerra também podem ser flagrados em desenhos publicados nos jornais de caricatura. Tudo isso explica o grande interesse nos confrontos do Sul. A guerra alterara a vida dos diferentes habitantes do Brasil de maneiras fortes e variadas, com resultados incertos, mas certamente muito importantes. Talvez isso ajude a entender as fortes mudanças pelas quais o país passou no decorrer da década de 1870, mas essa é uma outra história – que deu origem a um conjunto cada vez maior de estampas e caricaturas que não teremos tempo de visitar aqui.